



**Parecer Jurídico nº 12/2025**

**Referência: Projeto de Lei**

**Autoria: Poder Executivo – Prefeito Vilson Biguelini**

**Ementa: “ Autoriza o Poder Executivo a firmar termo de parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) e dá outras providências.”**

## **1. DOS FATOS**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Prefeito do município de Canarana/MT que autoriza o Poder Executivo Municipal renovar termo de parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) e dá outras providências.

Feito o breve relato, passamos ao parecer.

## **2. DOS FUNDAMENTOS**

Conforme dispõe a justificativa, o Poder Executivo apresenta o Projeto de Lei autorizando a renovação do termo de parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), observando que a parceria existe desde fevereiro/2022 e visa fomentar e continuar atividades do Instituto Federal de Mato Grosso em Canarana/MT.

Insta destacar que no município há a Lei Municipal nº 1784/2023 que dispõe sobre alterações de dispositivo da Lei Municipal 1613/2022 que trata a respeito da parceria entre o IFMT e o município.

No que se refere aos requisitos legais e constitucionais, esta Assessoria considera que estão atendidos. Assim, não há impedimento jurídico para o Projeto de Lei em questão, ficando a análise do mérito a cargo dos nobres vereadores, conforme dispõe o artigo 34 da Lei Orgânica de município que diz:

**Art. 34.** *Compete privativamente à Câmara Municipal:*



# JACOBSEN

ASSESSORIA E CONSULTORIA

(...)

- aprovar convênio, ou de acordo ou qualquer outro instrumento celebrado pelo município com a União, o Estado, outra pessoa jurídica de direito público interno ou externo ou entidades assistenciais culturais;

### 3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, não se verifica no Projeto de Lei ora em análise, vício de iniciativa ou qualquer ilegalidade que impeça a tramitação da proposta.

Assim, o parecer é pela legalidade do Projeto de Lei, podendo seguir para deliberação do Legislativo.

Entretanto, informamos que o presente Parecer Técnico não possui conteúdo vinculativo, ficando a cargo e critério dos interessados tomarem as decisões definitivas.

Cuiabá – MT, 11 de março de 2025

**Dra. CAMILA SALETE JACOBSEN**

**OAB/MT 26.480-O**

**Dra. ANA PAULA BARAÚNA DE MERCÊ**

**OAB/MT 26.807**